

Sumário

Número de notícias: 15 | Número de veículos: 9

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
ECONOMIA

O papel crucial do Brasil na transição energética (Artigo)3

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Os riscos de exagerar no aperto monetário (Artigo)5

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita Federal tenta retirar combustível apreendido em navios 6

O GLOBO ONLINE - RJ - POLITICA
SEGURIDADE SOCIAL

CPI do INSS ouve ex-diretor de Governança do instituto nesta segunda 8

PORTAL UOL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Reajuste do salário mínimo de 2025 superou a inflação; veja valor atual9

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Fazenda propõe antecipar fim de subsídios para geração distribuída de energia; entenda 10

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Tributação de dividendos e segurança jurídica (Artigo)11

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Petrobras produz mais13

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Governo tenta mudar IDO para poder mirar piso da meta fiscal 14

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

O IPCA mais comportado e a chance de corte da Selic em janeiro - SERGIO LAMUCCI 16

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Eleição deve trazer impulso fiscal, mas sem afetar freio do PIB18

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Confiança do brasileiro sobe pelo 2º mês seguido20

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Remessas elevam pressão sobre contas externas 21

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Aplausos - APOSENTADOS22

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Renan espera Fazenda para votar IR.....	24
---	----

O papel crucial do Brasil na transição energética (Artigo)

João Guilherme Sabino Ometto

Embora seja consensualmente óbvia a necessidade de promover a transição energética para conter as mudanças climáticas e a despeito dos avanços observados nessa agenda, ainda há um longo caminho a percorrer.

É o que demonstrou um novo relatório da ONU, intitulado *Seizing the moment of opportunity: Supercharging the new energy era of renewables, efficiency, and electrification* (Aproveitar o momento da oportunidade: impulsionando a nova era da energia renovável, eficiência e eletrificação, em tradução livre).

O elevado tom otimista com o qual o estudo foi apresentado recentemente pelo secretário-geral da ONU, António Guterres, não compromete a consistência do documento, cuja leitura desapassionada proporciona um diagnóstico claro dos progressos alcançados e dos desafios persistentes.

São enfáticos os dados contidos no trabalho, elaborado com apoio da Agência Internacional de Energia (IEA), Agência Internacional de Energias Renováveis (Irena), Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e Banco Mundial (Bird).

Quanto aos avanços, impressionou-me o fato de que, entre 2015 e 2024, a capacidade mundial instalada de energias renováveis cresceu 140%, ante apenas 16% das fósseis.

No ano passado, 92,5% da potência elétrica global agregada foi proveniente de fontes limpas.

A solar e a eólica já evitam 2,6 bilhões de toneladas de dióxido de carbono por ano, quase todo o volume emitido pela União Europeia. A solar, que custava quatro vezes mais, hoje é 41% mais barata, e a eólica onshore (em terra), 53%. Ademais, 96% das novas usinas solares e eólicas produzem eletricidade a custo inferior ao de qualquer nova termoelétrica fóssil. Em 2024, as renováveis responderam por três quartos de todo o crescimento da geração elétrica global.

Os benefícios também proporcionam ganhos econômicos.

Em 2024, os investimentos em energia limpa ultrapassaram US\$ 2 trilhões, quase o dobro dos destinados aos fósseis.

Foram US\$ 760 bilhões em geração renovável, US\$ 729 bilhões em eficiência energética e US\$ 445 bilhões em redes e armazenamento. O setor acrescentou US\$ 320 bilhões ao **PIB** global, sustentou 10% do crescimento mundial e quase um terço da expansão da União Europeia. Já emprega 34,8 milhões de pessoas, dos quais 16,2 milhões só em renováveis, ultrapassando pela primeira vez o segmento fóssil.

No entanto, persistem desafios relevantes. Mais de 74% da população global vive em países dependentes da importação de combustíveis fósseis. A disparada no preço do gás natural desde o início da guerra entre Rússia e Ucrânia escancarou alguns problemas: o valor das contas de luz explodiu e a **inflação** corroeu orçamentos.

As energias renováveis permitem vislumbrar mais estabilidade.

Desde 2000, evitaram US\$ 409 bilhões em custos com combustíveis fósseis. Importar tecnologia limpa é gasto único, mas petróleo, carvão e gás representam despesas permanentes.

O estudo mostra, ainda, que a transição segue aquém do necessário. Desde 2015, devido a subsídios, redes saturadas e resistências políticas, a participação dos fósseis na matriz energética mundial caiu apenas três pontos percentuais, de 83% para 80%. Pasmem, mais três gigawatts de projetos renováveis aguardam conexão. A transformação também segue desigual: mais de 80% dos investimentos em energia limpa concentram-se em economias avançadas e na China. Enquanto isso, 666 milhões de pessoas seguem sem acesso à eletricidade.

Algo que faltou no estudo foi uma abordagem mais detalhada dos números e do papel dos biocombustíveis. Nós, brasileiros, conhecemos bem a relevância do etanol, biodiesel e da bioeletricidade gerada a partir do bagaço de cana-de-açúcar e de outros resíduos agrícolas como fontes renováveis e de baixa pegada de carbono. De todo modo, a IEA estima

que possam responder por até 20% da redução de emissões no setor de transportes até 2030.

Apesar de o novo estudo da ONU não citar de modo específico o Brasil, cabe lembrar que nosso país foi o grande desbravador da substituição de combustíveis fósseis pelo etanol e pelo biodiesel. Foram muitos anos de pesquisa e trabalho, envolvendo a academia, a engenharia mecânica e agrícola, a tecnologia, os agricultores, os trabalhadores e a imprensa, com alguns marcos emblemáticos, como o Proálcool, em 1975, e o carro flex, criado em 2003 pelos brasileiros. Somos precursores nessa jornada de sustentabilidade. Espera-se que, na COP-30, em Belém, todo o esforço realizado seja respeitado e reconhecido.

Nosso agro tem papel significativo na transição energética do planeta. Nesse sentido, lembro que, em 2024, nossa produção de biocombustíveis atingiu um novo recorde. A de etanol alcançou 37 bilhões de litros, um aumento de 4,2% em relação ao ano anterior; já a de biodiesel superou os 9 milhões de metros cúbicos, com um crescimento de 20,4% em comparação 2023. Diante dos registros históricos e desses números da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), alguém duvida do protagonismo do Brasil na agenda do clima?

CARLOS - EESC/USP), EMPRESÁRIO, É MEMBRO DA ACADEMIA NACIONAL DE AGRICULTURA (ANA

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Os riscos de exagerar no aperto monetário (Artigo)

Economista e diretor-presidente da Vértice Macroeconomia, foi cofundador da MCM Consultores, consultor do Banco Mundial, subsecretário do Tesouro Nacional e chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda. Desde junho, a **inflação** no Brasil vem apresentando tendência cadente, que teve continuidade no IPCA-15 (0,18%), divulgado na sexta-feira passada (24). Isso vem ocorrendo também nos núcleos, que excluem os subitens mais voláteis e analisam a variação recorrente dos preços.

Cabe destacar o grupo Serviços Subjacentes. Esse indicador exclui do grupo Serviços os itens que sofrem influência de fatores temporários, sazonais ou que são administrados pelas autoridades reguladoras, como contas de serviços de utilidade pública, passagens aéreas e alimentação fora do domicílio. O conjunto restante, ou seja, os serviços livres e menos voláteis, possui maior correlação com o ciclo econômico, e, principalmente, com o grau de aperto no mercado de trabalho.

Uma das justificativas para o Banco Central (BC) manter o juro real em aproximadamente 10% ao ano, por período bastante prolongado, é a queda contínua da taxa de desocupação, que chegou a 5,6%, ou 5,8%, com dados dessazonalizados, no trimestre encerrado em agosto. Esse é o menor nível da série iniciada em março de 2012, e estaria muito abaixo da taxa neutra, ou seja, aquela compatível com a convergência da **inflação** para a meta, também conhecida como Nairu, Non-Accelerating Inflation Rate of Unemployment, em inglês.

Pela última estimativa do BC, divulgada em blog em março, a Nairu teria caído do nível médio ao redor de 10%, observado até 2016, para 8,25%, atualmente.

Contudo, é provável que a queda tenha sido maior do que a apresentada no estudo do BC. Em uma simulação recente que fizemos, utilizando filtro de Kalman, encontramos uma Nairu próxima a 7,0%, no segundo trimestre de 2025. Os pesquisadores do Ibre/FGV, Gabriel Hartung e Mario Carvalho, em uma publicação recente, estimaram a Nairu em 6,8%.

Vários fatores concorreram para a queda da Nairu. Os mais prováveis são a reforma trabalhista, que reduziu o passivo contingente do empregador, o aumento do nível de educação da força de trabalho, a queda do

número de pessoas que se declaram desempregadas em função do aumento dos programas sociais de transferência de renda, a regulamentação do Microempreendedor Individual (MEI), os trabalhos remotos e por aplicativos, entre outros. Ou seja, o mercado de trabalho ficou mais flexível e isso reduz a taxa neutra de desocupação.

Como o mercado de trabalho geralmente reage com defasagem à atividade econômica, a taxa de juro real da magnitude atual aumenta o risco de elevar o desemprego para além do necessário para conter a **inflação**.

Além disso, o custo fiscal é gigantesco. Em nossas simulações, no período 2023-2026, os juros reais acrescentarão R\$ 1,7 trilhão à dívida pública, que deve chegar a 83,4% do **PIB**, em 2026. Isso poderá levar a economia para próximo da zona de dominância fiscal, situação em que a política monetária perde a capacidade de controlar a **inflação**. I

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Receita Federal tenta retirar combustível apreendido em navios

Em uma iniciativa inédita, a **Receita Federal** está buscando junto a empresas privadas do setor de combustíveis apoio para retirar mais de 200 milhões de litros de produtos importados que estão em quatro navios retidos há semanas, três deles no porto do Rio de Janeiro e um, no porto de Santos (SP).

As cargas trazidas por esses navios levantaram suspeitas da Receita, que afirma que aqueles que, ao menos no papel, aparecem como sendo os importadores não têm capacidade financeira para arcar com uma aquisição internacional de alto valor como essa.

A **Receita Federal** ainda não tem clareza sobre o que, exatamente, está nos navios: diesel, nafta, gasolina ou outros produtos.

Os navios foram retidos em duas léses da Operação Cadeia de Carbono, da Receita. A última fase ocorreu em 26 de setembro, quando a Agência Nacional do Petróleo (ANP) interditou cautela rmente as instalações da Refinaria de Petró-leos de Mangueiras(Refit), no Rio. No fim de semana, a agência anunciou a desinterdição parcial da refinaria, gerando críticas da entidade que representa distribuidoras de combustíveis no combate a fraudes e comércio irregular.

Em recuperação judicial, a Refit diz que as caigas foram importadas regularmente por tradings.

Enquanto um processo administrativo avança - no qual os importadores terão de comprovar se têm mesmo capacidade financeira para aquisições milionárias de combustíveis -, a Receita precisa retirar a carga que está embarcada e, assim, liberar os navios.

Márcia Meng, superintendente da **Receita Federal** em São Paulo, lembra que esses petroleiros são equipamentos logísticos caros e o órgão não poderia mantê-los por muito mais tempo parados no litoral brasileiro - em função de uma operação que implica os importadores, e não os armadores.

"Nunca apreendemos uma quantidade tão grande de combustível"

Márcia Meng

A questão é o que fazer com os mais de 200 milhões de litros cuja importação é alvo da Receita. "A gente nunca apreendeu uma quantidade tão grande de combustível de uma única vez. Todas as vezes que a gente apreendeu, como eram pequenas quantidades, os próprios tanques em Cubatão estocavam para a gente esse combustível", disse Meng ao Valor.

Sem estruturas do Estado para armazenar um volume tão expressivo de combustível, a Receita recorreu ao setor privado. "Não só em tamanho, mas o ineditismo é também nessa parceria."

O órgão solicitou ao Instituto Combustível Legal (ICL) que consulte as empresas do setor sobre quais delas se dispõem a desempenhar o papel de fiéis depositárias da carga retida de combustível. O ICL atua pelo combate a fraudes c pela concorrência desleal no setor. Têm, entre seus associados, Petrobras, Raízen, Shell, Braskcm, Ipiranga, entre outras dos setores de distribuição de combustíveis e petroquímico.

O presidente do instituto, Emerson Kapaz, afirmou que em questão de dias algumas empresas devem se prontificar a atuar como depositárias da carga. O volume não seria apenas armazenado pelas companhias que vierem a atender ao pleito da Receita, mas poderia também entrar nas operações dessas empresas. O combustível retido, portanto, poderia ser vendido para o consumidor direto.

E no caso de os importadores que estão no alvo da Receita provarem que atuaram legalmente - ao contrário do que aponta a órgão -, as empresas que atuaram como fiéis depositárias restituiriam 200 milhões de litros do mesmo tipo de produto.

No entanto, antes de algumas das associadas ao ICL aceitarem a tarefa, há duas questões ainda em aberto que serão decisivas para a concretização da parceria.

"As empresas tomarão uma decisão depois de testarem o produto, de fazerem um teste de conformidade. Elas não podem receber um produto, por exemplo, que tenha metanol", disse Emerson Kapaz, presidente do ICL.

Há outra questão que é mais complexa: se o combustível retido, ou parte dele, veio de algum país

sob sanção. Rússia e Irã são países sancionados pelos EUA.

"Se for de um país sancionado, também nenhuma das nossas distribuidoras recebe. E aí o que se pode fazer? Devolve ou queima, fazendo um perdimento total. É muito complicado isso. Estamos ajudando o Estado, através da Receita, a resolver esse grande problema que é como você administrar isso", disse Kapaz.

A retenção dos quatro navios foi feita na esteira da descoberta de importação ilegal de metanol por criminosos, que tinham sido alvo de uma operação, a Carbono Oculto, que mirou no crime organizado. Naquele caso, havia também pessoas que não tinham capacidade financeira apresentando-se como importadores de petroleiros carregados de combustível.

A Receita passou, então, a fazer um pente-fino em operações de compra externa de combustível com importadores suspeitos de agir como laranjas de esquemas no qual se declara, falsamente, um tipo de combustível cujo tributo é menor. Ou de esquemas de aquisição clandestina de alguns produtos, como o metanol.

No caso dos quatro petroleiros retidos no Rio e em Santos, a **Receita Federal** não informa os nomes que aparecem, ao menos formalmente, como responsáveis pelas importações.

"A questão é que essas empresas funcionam em camadas. Elas colocam empresas no meio do caminho", diz Meng. "Tudo isso eles vão fazendo para complicar. Não é uma situação em que o importador coloca seu nome e leva a carga para armazém. Tem todo um emaranhado."

Interditada pela ANP desde o dia 26 de setembro, quando a Receita reteve os navios, a Refit afirma que não há irregularidades com a carga importada - parada nos petroleiros.

O Valor perguntou à empresa se foi ela que importou as cargas trazidas nos petroleiros retidos. Perguntou também qual é a carga dos quatro navios e quais os países de origem.

"As cargas foram importadas pelas trades, da Argentina e dos Estados Unidos, de acordo com os registros e documentação regular de importação apresentados. Desse modo, não é verdadeira a informação já ventilada de que a Refit não declarou corretamente o produto para poder driblar a tributação" informou a refinaria em nota.

A companhia também disse que "reforça que todas as operações de importação foram conduzidas com transparência e total conformidade regulatória." E que considera "injustificável a interdição de suas atividades" e está à disposição para colaborar com as autoridades.

A Refit afirmou ainda, por meio da nota, que as cargas retidas nos quatro navios são "óleos brutos de petróleo (condensados de gás)", segundo laudos técnicos, emitidos pela certificadora internacional AmSpec e pelo químico Ilidio Lazarevievz Antônio.

"As análises atestam que os produtos não atendem às especificações mínimas da Resolução ANP n-807/2020 para classificação como gasolina, apresentando características típicas de condensados", completou.

Site:

<https://valor.globo.com/virador#/edition/188378?page=1§ion=1>

CPI do INSS ouve ex-diretor de Governança do instituto nesta segunda

Por O Globo - Brasília

A CPI do **INSS**, do Congresso Nacional, marcou para esta segunda-feira o depoimento de Alexandre Guimarães, ex-diretor do Instituto Nacional do Seguro Social. Alexandre Guimarães ocupou a diretoria de Governança, Planejamento e Inovação do **INSS**, entre 2021 e 2023.

A convocação pela Comissão Parlamentar de Inquérito atende a requerimentos apresentados pelo senador Izalci Lucas (PL-DF) e pelos deputados Rogério Correia (PT-MG), Adriana Ventura (Novo-SP), Duarte Jr. (PSB-MA) e Sidney Leite (PSD-AM).

A CPI foi criada para investigar os descontos indevidos em aposentadorias e pensões e está na fase de depoimentos.

Este é o único depoimento da CPI marcado para esta segunda. De acordo com o presidente da CPI do **INSS**, senador Carlos Viana (Podemos-MG), o colegiado irá ouvir nos próximos dias representantes e funcionários de associações e o ex-ministro do Trabalho Onyx Lorenzoni. As datas ainda precisam ser confirmadas.

Na semana passada, o ex-procurador do **INSS** Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho depôs por cerca de seis horas. A sua esposa, a médica Thaisa Hoffmann Jonasso, também prestou depoimento. Virgílio negou envolvimento com irregularidades nos descontos de aposentadorias e pensões. Afirmou que não é indiciado, réu ou condenado e ainda nem foi ouvido pela Polícia Federal. Virgílio Filho reclamou do que chamou de pré-julgamento de alguns parlamentares.

- Não sou político e não tenho padrinho político. Sou apartidário. Sempre atuei de forma técnica e não por motivos políticos - declarou.

Site:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2025/10/27/cpi-do-inss-ouve-ex-diretor-de-governanca-do-instituto-nesta-segunda.ghtml>

Reajuste do salário mínimo de 2025 superou a inflação; veja valor atual

Do UOL, em São Paulo

O salário mínimo nacional atualizado passou a ser creditado na conta dos trabalhadores em fevereiro, já com o novo valor de R\$ 1.518,00.

Embora o reajuste esteja em vigor desde janeiro, o pagamento só foi percebido em fevereiro, já que os salários referentes a um mês são pagos no seguinte. Dessa forma, a correção aparece apenas no contracheque atual.

O salário mínimo é o menor valor mensal que um trabalhador pode receber em atividade formal e serve como referência para benefícios trabalhistas, previdenciários e assistenciais concedidos pelo governo federal.

O montante de R\$ 1.518 representa um acréscimo de R\$ 106, correspondente a um aumento de 7,5%, percentual acima da inflação do período. Apesar disso, o valor final ficou menor do que o previsto inicialmente devido ao ajuste fiscal aprovado no fim de 2024.

Antes, o cálculo do salário mínimo era feito somando a reposição da inflação medida pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) - normalmente mais favorável ao trabalhador que o IPCA - à variação do PIB (Produto Interno Bruto). Nesse modelo, o valor seria de R\$ 1.525.

Com a nova regra, foi incluído um limite de 2,5% para o aumento de despesas. Assim, mesmo que o PIB apresente crescimento superior, como 3,2%, o reajuste aplicado considera o teto máximo de 2,5%.

O salário mínimo tem impacto direto nas aposentadorias do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e em programas sociais. Por esse motivo, o governo busca evitar elevações mais acentuadas, que poderiam pressionar o orçamento em períodos de contenção de gastos.

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2025/10/27/reajuste-do-salario-minimo-de-2025-superou-a-inflacao-veja-valor-atual.htm>

Fazenda propõe antecipar fim de subsídios para geração distribuída de energia; entenda

Bernardo Lima

O Ministério da Fazenda propôs a antecipação do fim dos benefícios concedidos para a micro e minigeração distribuída de energia, nome dado a produção de energia por meio de placas fotovoltaicas nos tetos de casas e prédios e nas chamadas fazendas solares. A ideia da equipe econômica é fazer uma nova reforma nos custos no setor elétrico e promover o que chama de "justiça tarifária".

As medidas foram propostas por meio de emenda à medida provisória (MP) de reforma do setor elétrico que tramita no Congresso Nacional. O relator do texto, senador Eduardo Braga (MDB-AM), deve apresentar a proposta nesta semana, para ser votada em comissão e depois nos plenários da Câmara e do Senado.

Para o secretário de Políticas Econômicas da Fazenda, Marcos Pinto, as mudanças propostas têm o mesmo objetivo do projeto das reformas nos sistemas de impostos.

- Temos hoje no Brasil uma série de subsídios no setor elétrico que deixaram de fazer sentido, estão distorcendo muito o funcionamento do mercado e levando a gente para um caminho sem saída. Assim como acontece na tributação da renda, aqui a gente tem o morador da cobertura deixando de pagar o condomínio e os outros moradores tendo que pagar mais por isso - diz o secretário.

Como funciona hoje?

Qual a proposta?

Qual o custo da geração distribuída?

- É uma energia cara que está sendo gerada por força de subsídios que não fazem sentido. Além da questão de custo, já estamos tendo o funcionamento do sistema elétrico brasileiro ameaçado - diz o secretário.

Segurança jurídica

Também para redução de custos, a Fazenda propõe a extinção em quatro anos das subvenções concedidas a:

- A gente vem observando que esse acréscimo de

subsídios no setor é, na prática, uma elevação de gastos, fora do Orçamento, dentro da CDE, que é um orçamento paralelo, com um custo invisível para população, acaba beneficiando algumas pessoas em detrimento da população como um todo - diz Marcos Pinto.

O secretário de Políticas Econômicas diz que o texto foi acertado com o Ministério de Minas e Energia, e que está "otimista" com as perspectivas de sucesso das emendas e aprovação do texto sob a relatoria do senador Eduardo Braga.

- A gente tem construído um diálogo excelente com ele, semelhante ao que a gente construiu na **reforma tributária**. E a gente acha que até pela liderança que ele tem no Senado, pela experiência que ele tem, estamos muito otimistas, achamos que tem uma chance importante aqui para fazer uma reforma estruturante para o setor - afirma.

A Fazenda ainda propõe:

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2025/10/27/fazenda-propoe-antecipar-fim-de-subsidios-para-geracao-distribuida-de-energia-entenda.ghml>

Tributação de dividendos e segurança jurídica (Artigo)

ANDRÉ MENDES MOREIRA

O Congresso discute Projeto de Lei que isenta do Imposto de Renda as pessoas físicas com vencimentos de até R\$ 5 mil mensais. Para compensar a perda de arrecadação, o mesmo texto institui tributação mínima de 5% a 10% sobre rendimentos que superem R\$ 50 mil por mês.

A nova cobrança recairá, dentre outros, sobre lucros e dividendos distribuídos por empresas brasileiras, isentos do imposto desde 1996. A isenção hoje em vigor, contudo, não é sem razão: a pessoa jurídica já suporta carga de 34% sobre a renda - muito acima da média da OCDE, de 23%.

Mesmo assim, a decisão política foi tomada. Pelo projeto, dividendos remetidos ao exterior (a pessoas físicas ou jurídicas) e pagos no Brasil a pessoas físicas -estes últimos, acima de R\$ 50 mil mensais - passarão, a partir de 2026, a ser tributados à alíquota de 10%.

Criar **impostos** é faculdade do governante. Trata-se de decisão legítima, desde que amparada por lei - compreendida como a manifestação da vontade popular, por meio de seus representantes no Parlamento.

Não há, portanto, inconstitucionalidade em tributar dividendos daqui em diante. O problema surge quando se pretende alcançar dividendos relativos a lucros formados antes da vigência da nova lei. Nesse ponto, a tributação é inconstitucional.

O pagamento de dividendos é a etapa final de um processo que começa com a decisão de empreender - ato que implica colocar capital em risco, o que não é trivial num país com juros nominais de 15% ao ano. Seria mais cômodo emprestar ao Estado e receber, com segurança, a remuneração paga pelo esforço de 200 milhões de brasileiros.

Após arriscar o capital, o empresário precisa faturar e manter seus custos sob controle. Somente então conseguirá, com sorte, auferir lucro. Esse lucro, entretanto, não é distribuído de imediato, podendo ser reinvestido em parte nas atividades. Quando finalmente se decidir pagar dividendos aos acionistas, faz-se necessária deliberação em assembleia. O

dividendo pago é, portanto, o desfecho de uma longa trajetória - durante a qual os empresários brasileiros contam, há 30 anos, com a expectativa legal de não ser tributados.

Se aprovada neste ano, a lei produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 2026. Surge, então, a questão: lucros acumulados até 31 de dezembro de 2025, se distribuídos aos acionistas após essa data, podem ser tributados?

A resposta é negativa. O Direito, como modo de ordenar o convívio social, só cumpre sua função quando oferece parâmetros seguros para as decisões, que não podem ser desfeitos por mudanças repentinas. O contribuinte conta com a estabilidade do sistema e, portanto, com a previsibilidade dos resultados de seus esforços.

Atenta a isso, a Câmara dos Deputados incluiu no projeto regra de transição: mantém-se a isenção dos lucros apurados até 31 de dezembro de 2025, desde que (a) a deliberação sobre sua distribuição ocorra antes da virada do ano; e (b) o pagamento se realize até 2028. É um gesto de lealdade entre Fisco e contribuinte. No Senado, contudo, há movimento para suprimir esse dispositivo - o que traria à tona a inconstitucional tributação de dividendos oriundos de lucros acumulados antes da eficácia da nova lei.

Não bastassem as razões jurídicas, há motivos econômicos contrários à pretensão senatorial. Os efeitos retroativos da tributação criariam incentivo para que empresas antecipassem distribuições ainda em 2025, antes da vigência do novo regime. Essa corrida pelo pagamento de dividendos drenaria o caixa das companhias e pressionaria o câmbio, já que a tributação também alcança remessas ao exterior.

Manter a isenção dos lucros apurados até 2025 resguarda a segurança jurídica de que o país necessita para crescer. Justiça social não se faz apenas com mudanças na tributação da renda - sem desenvolvimento econômico e moeda estável, as iníquas desigualdades persistirão, seja qual for o modelo de tributação eleito.

André Mendes Moreira, advogado, é professor da Faculdade de Direito da USP

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Petrobras produz mais

A produção da Petrobras de petróleo, gás natural e condensado de gás natural (LGN, na sigla em inglês) no terceiro trimestre cresceu 17,3% em comparação com igual período no ano passado, ao apurar 3,1 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boe/clia) informou a companhia, na sexta-feira (24). De acordo com o relatório sobre o terceiro trimestre, a produção de petróleo e LGN no país no período totalizou 2,5 milhões de barris por dia, o que correspondeu a uma alta anual de 18,4%. A produção de gás natural no Brasil cresceu 13,1% no terceiro trimestre, frente a igual período em 2024, para 594 mil boe/dia. O fator de utilização das refinarias entre julho e setembro foi de 94%, queda de um ponto percentual ante os 95% apurados em igual período no ano passado. A Petrobras verificou ainda alta de 1,9% nas vendas de derivados no terceiro trimestre, na comparação anual.

Ações da Azul reagem

As ações da Azul fecharam a sexta-feira (24) cotadas a R\$ 1,14, alta de 0,88%, no dia seguinte à atualização do plano de negócios da companhia, que prevê alavancagem de 2,5 vezes ao fim do processo de reestruturação em curso nos Estados Unidos. No plano anterior, divulgado em julho, a empresa projetava relação entre Ebit-da (lucro antes de juros, **impostos**, depreciação e amortização) e dívida líquida de três vezes ao fim do processo, previsto para terminar em fevereiro de 2026. O papel movimentou R\$ 16,8 milhões no pregão, acima do volume negociado no dia anterior, de R\$ 9,2 milhões.

Site:

<https://valor.globo.com/virador#/edition/188378?page=1§ion=1>

Governo tenta mudar IDO para poder mirar piso da meta fiscal

Giordanna Neves De Brasília

O governo federal negocia com lideranças do Congresso Nacional uma alteração nas Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025 e na proposta de LDO de 2026 para reforçar que o Executivo possa mirar o piso da meta de resultado primário, e não o centro, para fins de contingenciamentos.

Na visão de interlocutores do governo, o arcabouço é claro neste sentido e a LDO nem poderia alterá-lo. Isso porque o arcabouço é uma lei complementar, enquanto a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é ordinária. Ou seja, a medida partiria de uma "premissa equivocada", mas ainda assim está sendo levada adiante para dissipar dúvidas sobre a condução da política fiscal pelo Executivo.

A iniciativa ocorre em meio aos questionamentos do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a necessidade de perseguir o centro da meta, o que poderia forçar um congelamento adicional de aproximadamente R\$ 30 bilhões neste ano. Para 2026, ano eleitoral, a meta é de superávit primário de 0,25% do Produto Interno Bruto (**PIB**), com um intervalo de tolerância de 0,25 ponto percentual para mais ou para menos.

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025 foi enviado pelo governo com um dispositivo que dizia que valeria o limite inferior do intervalo de tolerância para efeitos de contingenciamento. O texto final aprovado pelo Congresso, no entanto, trocou a expressão "limite inferior" por "considerada a meta de resultado primário estabelecida no caput do art. 2º" - o caput deste artigo da LDO estabelece justamente que a meta a ser perseguida em 2025 é o déficit zero e não faz qualquer menção ao intervalo de tolerância. Essa mudança levantou o debate de que o governo deveria mirar o centro, como previsto no caput, na condução da política fiscal.

Executivo argumenta que não há como liberar recursos sem clareza sobre qual meta fiscal deve ser perseguida

Diante disso, técnicos do governo passaram a negociar duas possibilidades com o Congresso para evitar que o Executivo tenha que fazer uma elevada contenção nas contas públicas este ano. Uma seria

retirar a expressão "caput" do artigo, prevalecendo, na visão do Executivo, a tese já prevista na lei do arcabouço. Isso porque, ao mencionar o artigo em sua integralidade, e não apenas o caput, passam a valer também as disposições do parágrafo que estabelecem o intervalo de tolerância.

A outra seria retomar o texto original do PLDO, deixando explícito que vale o limite inferior para efeitos de contingenciamento. Neste caso, porém, interlocutores avaliam que pode parecer que a tese do TCU está correta e que o Executivo depende de definir na LDO a regra de contingenciamento, quando a LDO não pode alterar uma lei complementar, como é a do arcabouço.

Não há dúvidas entre integrantes do governo de que, segundo a atual regra fiscal, vale o limite inferior para fins de cumprimento da meta. Na visão dos técnicos, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) é clara ao estabelecer que o governo pode contingenciar se estiver descumprindo a meta fiscal. Apesar de o alvo ser de déficit zero este ano, o descumprimento só ocorre se não for atingido o limite inferior da banda, conforme prevê a lei do arcabouço.

Na visão dessas fontes do governo, a mudança na LDO pode evitar novos impasses na discussão e ainda iluminar o debate para 2026. E como reforçam que a LDO não pode alterar a lei complementar, ponderam que a discussão é inclusive sobre controle de legalidade. Ou seja, no limite poderia ser judicializada no Supremo Tribunal Federal (STF).

Integrantes do Executivo lembram que, durante a discussão do novo arcabouço fiscal, ficou definido que a meta seria fixada na LDO, mas que os parâmetros deveriam constar da lei complementar, justamente para evitar que as regras mudassem a cada ano. Apesar de o governo ter vencido essa disputa na época, o debate volta agora à tona, disse uma fonte. A preocupação era a mesma de hoje, de que a LDO acabasse se tornando um instrumento de negociação a cada ano.

O governo aponta, inclusive, que a incerteza sobre a decisão do TCU também tem afetado a liberação de emendas. Apesar da pressão de parlamentares para antecipar pagamentos em troca da aprovação das medidas de ajuste de despesas e receitas,

interlocutores do Executivo dizem que não há como liberar recursos sem clareza sobre qual meta fiscal deve ser perseguida. Até mesmo a antecipação de receita para pagar uma obra parada, por exemplo, fica comprometida.

O ministro Benjamin Zymler, do Tribunal de Contas da União (TCU), votou na última quarta-feira (22) para liberar a União a mirar o limite inferior da meta fiscal em 2025, mas deve observar o centro a partir de 2026. A decisão, no entanto, ainda será apreciada pelo plenário, após pedido de vista do ministro Jhonatan de Jesus, que adiou o julgamento por até 30 dias.

Procurados, os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e da Câmara dos Deputados, Hugo Mota (Republicanos-PB), não comentaram até a publicação desta matéria. O relator da LDO de 2026, deputado Gervásio Maia (PSB-PB), também não se manifestou.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20251027>

O IPCA mais comportado e a chance de corte da Selic em janeiro - SERGIO LAMUCCI

SERGIO LAMUCCI

A atividade econômica perde fôlego, num quadro de juros nas alturas, e o câmbio mais valorizado ajuda a controlar a inflação. Os preços de alimentos têm recuado desde junho, com o efeito da safra recorde e do próprio real mais forte. A Selic está elevadíssima, em 15% ao ano, ou na casa de 10% em termos reais, quando se desconta o IPCA estimado para os próximos 12 meses. Um IPCA de 4,5% em 2025 é um número ainda distante do centro do alvo perseguido pelo Banco Central (BC), de 3%, mas é uma boa notícia, especialmente levando em conta que, em maio, havia projeções de que o indicador encerraria o ano em 5,5%. Um IPCA menor em 2025 contribui para que o indicador de 2026 seja mais baixo, pelo efeito favorável sobre a inércia, o fenômeno pelo qual a inflação passada alimenta a inflação futura.

No IPCA-15, os preços de alimentação no domicílio recuaram pelo quinto mês seguido, caindo 0,1%. No acumulado em 12 meses, a variação do grupo passou de 6,58% em setembro para 5,48% em outubro. Em 2024, os preços da comida em casa subiram 8,2%, pelos números do IPCA. Para este ano, a alta deve ser bem mais modesta. O economista Fábio Romão, da 4intelligence, estima aumento de 3,92% para esse grupo. Em maio, ele previa um avanço de 7,5%.

Segundo Romão, as cotações da alimentação no domicílio vão subir menos do que se esperava por causa da queda de preços das commodities, decorrentes de boas safras, da valorização do câmbio e do "comportamento mais benigno de carnes, em vista dos impactos do tarifaço do governo Donald Trump na oferta doméstica". Como as carnes brasileiras não escaparam das alíquotas de importação mais altas impostas pelos EUA, a perspectiva passou a ser de que uma parcela maior desses produtos seja direcionada para o mercado interno.

O real mais forte ajuda a aliviar os preços de alimentos, tendo efeito importante também sobre as cotações de bens industriais. O dólar encerrou 2024 cotado a R\$ 6,18, e tem sido negociado na casa de R\$ 5,40. No IPCA-15 de outubro, os produtos industriais

recuaram 0,02%, depois de terem subido 0,2% em setembro. Em 12 meses, a alta passou de 3,45% para 3,16%. Nas projeções de Romão, a inflação de bens industriais vai terminar 2025 em 2,64%, abaixo dos 2,9% registrados em 2024; em maio, ele esperava um avanço de 4,1% das cotações desses produtos neste ano.

Entre os preços livres, os serviços ainda inspiram cuidados, devido à força do mercado de trabalho. No entanto, o IPCA-15 também trouxe boas notícias nesse front. Os serviços mais sensíveis à demanda subiram 0,24% em outubro, alta superior ao 0,04% de setembro, mas abaixo da estimativa dos analistas - Romão, por exemplo, esperava variação de 0,45%. Em 12 meses, o acumulado passou de 6,67% para 6,29%. Para 2025, o economista da 4intelligence projeta que esses serviços subirão 6%; em maio, a previsão era de aumento de 6,8%. Esses preços ainda avançam a um ritmo forte, num ambiente de desemprego baixo e renda em alta, mas dão indicações de desaceleração.

Nesse cenário, Romão reduziu a estimativa para o IPCA neste ano de 4,7% para 4,5%, o teto da banda de tolerância. A projeção para o ano considera a premissa de bandeira amarela em dezembro para a conta de luz, diz ele. "Caso as condições hídricas ao final do ano sejam mais benignas e possibilitem o acionamento da bandeira verde em dezembro (com impacto de queda de 0,10 ponto percentual), o IPCA poderá encerrar o ano abaixo do teto da meta", escreve Romão.

O quadro para a inflação, como se vê, é mais benigno do que se imaginava no primeiro semestre. O BC tem sido cauteloso, indicando a preferência por manter a Selic inalterada por mais tempo, para trazer as expectativas de inflação para a meta de 3%. As estimativas para o IPCA têm recuado, mas lentamente, e continuam acima do alvo perseguido pelo BC. Para 2026, o consenso de mercado é de um IPCA de 4,27%; para 2027 e 2028, as previsões são mais baixas - de 3,83% e 3,6%, pela ordem -, mas ainda superiores à meta de 3%.

Evitar cortes precipitados da Selic é uma preocupação

do BC, e uma preocupação que faz sentido. Mas os juros no Brasil estão elevadíssimos, e também é importante não mantê-los nas alturas por mais tempo do que o necessário. Taxas de 10%, descontada a **inflação**, são muito altas. Elas castigam empresas e consumidores endividados, afetam planos de investimento do setor privado e têm um pesado custo fiscal. Uma alta de 1 ponto percentual da Selic, mantida por um ano, custa o equivalente a R\$ 54,4 bilhões no caso da dívida pública bruta, segundo o BC.

Reduções mais fortes e sustentadas dos juros só ocorrerão quando o governo enfrentar o problema do crescimento dos gastos públicos obrigatórios, o que deverá ficar apenas para 2027. No entanto, se as expectativas para o IPCA melhorarem, a **inflação** corrente seguir comportada, o câmbio não se desvalorizar muito, a atividade se mantiver mais fraca e o governo não aumentar as incertezas sobre as contas públicas, a conjuntura será favorável para o BC começar um ciclo de queda da Selic, talvez já em janeiro. Ter juros reais um pouco menos elevados daria um refresco para empresários e pessoas físicas com dívidas pesadas, tornaria o investimento produtivo mais atraente e reduziria as despesas financeiras do governo. Não seria uma diminuição estrutural dos juros, mas baixar um pouco taxas tão elevadas teria alguns benefícios não desprezíveis.

Sergio Lamucci é editor-executivo e escreve quinzenalmente

E-mail: sergio.lamucci@valor.com.br

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20251027>

Eleição deve trazer impulso fiscal, mas sem afetar freio do PIB

Marcelo Osakabe De São Pau lo

De olho no calendário eleitoral, governos federal e subnacionais começam a pisar no acelerador dos gastos, em um esforço que pode chegar a aproximadamente 1,5 ponto percentual do **PIB** e ter efeito máximo entre o segundo e o terceiro trimestre de 2026, segundo algumas estimativas. O forte avanço dos gastos - comparável ao registrado no primeiro biênio do governo Lula 3 -, no entanto, pode não proporcionar um aquecimento da economia semelhante ao observado em anos anteriores, avaliam economistas, nem mesmo fazer o desempenho do próximo ano superar o do atual.

A mediana das projeções para o crescimento do **PIB** na pesquisa Focus este ano tem caído ao longo dos últimos meses e está, atualmente, em 2%. Já para 2026, o ponto médio das estimativas se encontra em 1,80%.

Se confirmado, será o menor ritmo de expansão desde 2020, ano em que a pandemia provocou uma contração de 3,3% no **PIB** brasileiro. Desde então, a combinação de reabertura, safras recordes e forte estímulo fiscal, entre outros, tem proporcionado fortes taxas de crescimento, na casa ou superiores a 3%.

O Santander estima que a combinação entre PEC da Transição e o pagamento de precatórios no fim de 2023 proporcionou um impulso fiscal da ordem de 1,5% do **PIB**, que teve seu efeito máximo sobre a economia em algum momento do primeiro trimestre de 2024. Do atual momento até o segundo trimestre de 2026, ele prevê uma expansão de tamanho parecido, saindo do atual 1 ponto percentual negativo do **PIB** para algo perto de 0,5 ponto positivo.

"O crescimento real do gasto obrigatório ficou negativo em 2,4% no primeiro semestre na comparação com igual período de 2024, mas deve crescer 11% no segundo semestre. Já o gasto discricionário, que caiu 20,6% na primeira metade do ano por causa da demora na aprovação do Orçamento, deve crescer 34,6% na segunda metade" diz Ítalo Franca, chefe de política fiscal e estudos especiais do banco.

Isenção do IR vai favorecer renda da população mais propensa a consumir"

- Tiago Sbardelotto

Adiante, uma série de medidas deve levar a uma alta dos gastos. Entre elas, ele contabiliza a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até de R\$ 5 mil por mês, o crescimento dos gastos dos Estados e a maturação de programas como o Gás do Povo, ampliação do Luz para Todos, faixa 4 do Minha Casa, Minha Vida e o programa de crédito para reformas.

Tiago Sbardelotto, economista para a área fiscal da XP Investimentos, tem cálculo semelhante. Ele vê o impulso fiscal sair dos atuais 0,5% do **PIB** negativo para algo entre 0,4% e 0,5% positivo, contabilizando apenas a expansão dos gastos federais. Levando em consideração também os investimentos dos entes subnacionais, esse impulso pode atingir 0,8% ou até 1% do **PIB**, com o pico do efeito sobre a economia ocorrendo na virada do segundo para o terceiro trimestre.

Individualmente, diz, a medida de maior efeito tende a ser a isenção do IR. "Do ponto de vista fiscal ela pode ser neutra, mas o fato é que amplia a isenção para 80% dos brasileiros que hoje são aptos a contribuir e beneficia uma parcela da população cuja propensão marginal a consumir chega a 70%, contra 0,05% da parcela dos mais ricos que irão pagar a conta. Somente isto implica aumento de 0,4 ponto percentual do consumo em 2026 e contribui com 0,3 ponto para o **PIB**", diz.

São várias as formas de se calcular o impulso fiscal, e a isenção do IR é um exemplo de que nem sempre o elo entre este indicador e a atividade econômica é direto e claro. Um exercício da 4intelligence que olha apenas a variação do resultado primário estrutural calcula que o impulso fiscal deve terminar este ano neutro e encerrar 2026 com leve queda, de 0,2%

"A questão é que, por fora desse cálculo, correm outras medidas que não são capturadas por essa métrica e que significam um impulso à economia", diz Renan Martins, economista da consultoria. Entre eles, cita os programas que o governo tem lançado usando mão de recursos dos fundos públicos ou de estatais - cujos gastos entram como despesa financeira e não afetam o gasto primário -, como a ampliação do Luz para Todos, que terá R\$ 3,9 bilhões apenas este ano da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), e o

programa de empréstimos para reformas de casas populares, que terá R\$ 30 bilhões do Fundo Social. Também entram nessa categoria medidas como o crédito consignado privado e a ampliação do Minha Casa, Minha Vida, além projetos que ainda são apenas promessas, como o financiamento de motocicletas a entregadores de aplicativos.

Nos cálculos de Gabriel Leal de Barros, economista-chefe ARX, o conjunto de recursos que União e governos estaduais poderão movimentar entre este e o próximo ano está em torno de R\$ 800 bilhões, entre medidas fiscais, parafiscais e creditícias. Além da isenção do IR, entram no cálculo os caixas de Estados e municípios (R\$ 100 bilhões), consignado privado (R\$ 170 bilhões), faixa 4 do Minha Casa, Minha Vida (R\$ 30 bilhões) e a folga proporcionada aos entes subnacionais pelo Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag, com R\$ 50 bilhões) e PEC 66 (R\$ 45 bilhões).

"É muito estímulo. É difícil não apenas identificar, mas também calibrar em que momento isso vai bater na economia", pondera Leal de Barros. A ARX projeta expansão do **PIB** de 1,9% ano que vem, mas deve revisar esse número para cima, diz. "O mercado pode se surpreender com essa reaceleração da economia. Acredito que as projeções estão baixas hoje porque, em 2026, não haverá uma safra forte como a deste ano e também porque é muito difícil modelar essa quantidade de estímulos."

O Santander espera crescimento de 1,5% em 2026 e credita o desempenho mais fraco a uma conjuntura bem diferente. "Em 2024 [quando o **PIB** cresceu 3,4%], o país vinha de um processo de queda dos juros e de redução do endividamento por causa do Desenrola. O impulso do crédito estava em alta e ainda havia capacidade ociosa, que permitiu o país crescer sem gerar tanta **inflação**. Além disso, a natureza dos gastos - as despesas foram sobretudo com transferências, como precatórios - também implica um multiplicador mais forte para o consumo", afirma Franca.

Na virada de 2025 para 2026, por outro lado, a política monetária continuará apertada, o impulso de crédito está negativo e a forte incerteza que ronda a economia global continuará afetando a confiança dos agentes. Paralelamente, o mix de despesas terá maior participação de investimentos, que tendem a se transformar em consumo de forma menos intensa e mais espaçada ao longo do tempo. Tudo isso sugere um multiplicador menor, explica.

"Finalmente, a nossa estimativa é que o carregamento estatístico do **PIB** de 2025 para 2026 é baixo, entre zero e 0,2%", acrescenta.

Na XP, a projeção é que o **PIB** desacelere de 2,1% este ano para 1,7%. "Esta é o dado anual, olhando em médias trimestrais, o que vamos ver é uma reaceleração ao longo de 2026. Só não terá **PIB** maior porque houve crescimento muito forte do agro e da extrativa este ano", ressalta Sbardelotto.

Em sua avaliação, se houvesse esse impulso fiscal, o crescimento de 2025 poderia cair para algo como 1%.

Por outro lado, ele ressalta que o risco é de surpresa para cima nas projeções. Apenas o novo modelo de crédito habitacional, que não ainda está incorporado nas contas da corretora, pode acrescentar algo entre 0,2 e 0,3 ponto percentual ao **PIB**, diz.

Leal de Barros crê que as projeções da Focus devem subir à medida que ficar claro o efeito da enorme injeção de recursos na economia. "Quem também está mais pessimista com **inflação** ano que vem cita, basicamente, o fiscal e o parafiscal", comenta. O economista vê ainda certa semelhança entre o atual momento e o fim do primeiro governo Dilma.

"Guardadas as devidas proporções, 2013 também foi ano de crescimento anabolizado pelo fiscal e desemprego baixo. O programa de reformas é parecido com o Minha Casa Melhor, que teve inadimplência superior a 50%. Em 2015 quando os estímulos foram retirados, a economia colapsou", diz. "Desta vez, no entanto, estamos com um patamar de dívida muito maior e um juro real quase tão ruim. Na equação global, o dólar fraco e o diferencial de juros favorece o real e deixa o mercado meio benevolente com a situação atual. Mas, se houver deterioração do cenário, isso poderá mudar rapidamente. Acredito que não vai dar para fazer ajuste gradual em 2027, dado a quantidade de esqueletos no armário."

Site: <https://valor.globo.com/imprensa/20251027>

Confiança do brasileiro sobe pelo 2º mês seguido

Alex Jorge Braga De São Paulo

Ajudado pelo bom momento do mercado de trabalho e pela perda de força da **inflação**, a confiança do consumidor brasileiro subiu pelo mês consecutivo em outubro e é mais alta do continente americano, superando a do México e a dos Estados Unidos, por exemplo.

Em segunda elevação seguida, o Índice de Confiança do Consumidor (ICC) de outubro fechou em 53,9 pontos, um aumento de 2,2 pontos em relação ao mês anterior. Produzido pela Ipsos, o indicador vai de zero, que aponta pessimismo total, a 100, que indica otimismo máximo.

Com esse resultado, o Brasil confirma a tendência observada nesse segundo semestre: de se manter próximo da linha da neutralidade, que é 50 pontos.

Para o CEO da Ipsos Brasil, Marcos Calliari, a melhora não chega a ser surpresa, dado os baixos índices de desemprego e crescimento no salário; além dos sinais de arrefecimento da **inflação** - os preços dos alimentos, por exemplo, têm quarta queda mensal seguida, segundo o IBGE. "Sabemos que o ICC é fortemente impactado pelo que atinge diretamente o bolso do consumidor", explica.

Já no lado político, Calliari diz que a reaproximação entre os presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e dos EUA, Donald Trump, sinaliza um possível caminho para o restabelecimento da estabilidade diplomática e das relações econômicas entre os dois países, "o que traz alento ao mercado", afirma.

"O discurso de Lula na [Assembleia Geral da] ONU também trouxe uma visão bastante positiva sobre a postura adotada pelo Brasil e repercutiu bem no cenário internacional e nacional."

Quanto ao cenário internacional, os EUA, após alguns meses de variação negativa, fecharam outubro com 53,2, 0,5 ponto mais que em setembro. Porém os consumidores americanos ainda seguem menos confiantes que os vizinhos mexicanos (53,5), por exemplo.

Já a Argentina teve uma queda de 3,5 pontos, a pior

do mês entre os 30 países analisados. O país vizinho fechou o mês com 40,4, o quarto pior indicador do ranking. "Isso ressalta que a crise econômica do país e os altos índices de desemprego ainda são fatores que impactam fortemente a confiança da população", diz Calliari.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20251027>

Remessas elevam pressão sobre contas externas

Estevão Taiar e Gabriel Shinohara De Brasília

As remessas de lucros e dividendos realizadas no fim do ano devem aumentar a pressão sobre as contas externas do Brasil nos dois próximos meses. Economistas já colocam viés de alta em suas projeções para o déficit em conta corrente de 2025.

As transações em conta corrente medem a diferença entre o que o país gasta e recebe nas transações internacionais relativas a comércio, rendas e transferências unilaterais. Conforme divulgado na sexta-feira pelo Banco Central, o déficit em conta corrente acumulado em 12 meses alcançou US\$ 78,9 bilhões, o equivalente a 3,61% do Produto Interno Bruto (**PIB**). O indicador vem oscilando em torno desse patamar desde fevereiro.

Analistas afirmam que esse déficit acumulado em 12 meses pode superar até o fim do ano as projeções que tinham para 2025. Em relatório, a economista Julia Marasca, do Itaú Unibanco, afirma que "o risco de remessas de lucros e dividendos acima do usual no fim deste ano adiciona viés de alta" para a atual projeção da instituição financeira, que calcula déficit de US\$ 75 bilhões (3,3% do **PIB**) para 2025. Ela também destaca que a média móvel de três meses dessazonalizada e anualizada, usada para captar tendências, mostra o déficit subindo de US\$ 73,5 bilhões em agosto para US\$ 80,3 bilhões em setembro.

A equipe econômica do Bradesco também projeta déficit de 3,3% do **PIB** para este ano, mas afirma que o resultado de setembro coloca um viés de alta para a estimativa.

O Banco Inter também diz que os números do mês passado "evidenciam a necessidade de acompanhamento do déficit de renda primária", que incluem lucros e dividendos. Segundo o economista-sênior do banco, André Valério, o resultado "gera certa consternação tendo em mente o episódio de saídas de capital observado no fim do ano passado e a desvalorização cambial resultante, num ambiente de baixa liquidez".

Já a economista Luíza Pinese, da XP Investimentos, diz que "a deterioração do balanço de pagamentos neste ano merece atenção", projetando déficit de US\$

79,5 bilhões (3,5% do **PIB**). Para o Investimento Direto no País (IDP) a estimativa é de US\$ 72,6 bilhões (3,2% do **PIB**). Fazem parte do IDP os recursos destinados à participação no capital e os empréstimos diretos concedidos por matrizes de empresas multinacionais às suas filiais no país e vice-versa, assim como o retorno de investimento brasileiro no exterior. Por mirarem um prazo maior, esses recursos também são considerados por diversos economistas a principal fonte de financiamento de déficits externos. Caso ambas as projeções da XP se confirmem, será a primeira vez desde 2015 que o déficit termina o ano acima do IDP.

O próprio BC calcula que tanto o déficit quanto o IDP terminarão este ano em US\$ 70 bilhões. Dessa quantia, US\$ 43 bilhões devem vir das remessas de lucros e dividendos acumuladas ao longo de 2025. As informações foram divulgadas no Relatório de Política Monetária de setembro.

Outros economistas projetam, pelo menos por enquanto, que o IDP seguirá financiando o déficit. Para o Bradesco, por exemplo, o desempenho do IDP "dá um alívio à pressão que observamos no déficit em conta corrente ao longo de 2025".

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20251027>

Aplausos - APOSENTADOS

EMÍDIO REBELO FILHO

Iniciativa louvável e pertinente que merece aplausos das pessoas idosas, as ações do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, ao instituir o Comitê Local de Atenção à Pessoa Idosa, Órgão Gestor de caráter multissetorial, multinível e interinstitucional, responsável por fomentar políticas públicas judiciais voltadas à atenção e a garantia de direitos das pessoas idosas, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará, com a realização da Semana de Atenção à Pessoa Idosa, no período de 6 a 10 de outubro corrente. Parabéns ao TJ-PA.

RECURSOS

Os recursos financeiros da conta **Seguridade Social**, disponibilizados em orçamento próprio, não faltam e são transferidos, sem cerimônia, para socorrer pagamentos com despesas de outros programas governamentais, impedindo que as áreas de saúde, assistência social e **previdência social** cumpram efetivamente e com eficiência as suas atribuições regulamentares, definidas na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. O exemplo é mostrado, agora, com a ameaça de se interromper o pagamento dos benefícios previdenciários por motivo de corte orçamentário.

E assim, os segurados do **INSS** são penalizados pela falta de respeito aos dispositivos constitucionais, muito bem explicitados no Título VIII - Da Ordem Social, arts. 193 a 203.

RETIRADAS

A propósito, destacamos que as retiradas de recursos financeiros da **Previdência Social** e no presente **Seguridade Social**, sempre aconteceram sem que houvesse a devolução do que foi retirado. No entanto, alega-se déficits, chegando-se a afirmar falência e insustentabilidade da Previdência, o que é contestado inclusive pela Comissão Parlamentar de Inquérito da **Previdência Social** (CPIPREV), composta de Senadores da República, cujo resultado foi publicado em julho de 2017, no qual confirma-se que a "**Previdência Social** sempre foi superavitária e que o seu principal problema é de gestão, má administração, anistias, sonegação, desvios e roubalheira". Corrija-se o malfeito e não penalize-se os segurados do **INSS**.

AUDITORIA

Uma auditoria pelo Tribunal de Contas da União (TCU), entendem aposentados e pensionistas, se faz necessária para apurar a aplicação dos recursos financeiros arrecadados para a conta **Seguridade Social**, principalmente os valores transferidos pelo instrumento Desvinculação de Receitas da União, a famigerada DRU. Transferências que ocorreram no período de 1994 a 2023, como já dissemos anteriormente, para socorrer despesas não identificadas como da **Seguridade Social** e sim outros programas de governo. A transparência na aplicação dos recursos financeiros da conta **Seguridade Social** elucidará, com absoluta certeza, se a **Previdência Social** é deficitária ou insustentável, permitindo que providências sejam adotadas corrigindo-se os equívocos.

SUPERAVITÁRIAS

Pelas informações que possuímos, a **Previdência Social** e a **Seguridade Social** sempre foram superavitárias, confirmadas na investigação efetuada pela Comissão de Senadores, destacando o período de 15 anos (2000 a 2015) com um saldo superavitário de R\$2,1 trilhões da conta **Seguridade Social**. Com essas informações fica difícil e até impossível entender o que alega o atual presidente do **INSS**, pedindo suplementação orçamentária para manter os serviços prioritários do órgão, tudo indicando que o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) está mesmo com falta de gestão administrativa, precisando urgentemente, de ações que eliminem definitivamente as irregularidades existentes.

DEMORA

Observa-se um equívoco imperdoável a demora dos Deputados Federais em aprovar o Projeto de Lei nº4434/2008. Aposentados e pensionistas, segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), não se conformam e lamentam o procedimento dos seus representantes na Câmara Federal que, em quase duas décadas, mantém em pendência um PL de atualização e regularização dos proventos defasados há mais de 34 (trinta e quatro) anos, repetindo novamente, já aprovado pelos Senadores da República e Comissão de **Seguridade Social** e Família da Câmara dos Deputados, por unanimidade, em 2008 e 2009, respectivamente.

A reivindicação que fazem aposentados e pensionistas, segurados do **INSS**, é uma questão de Justiça Social prevista na Carta Magna.

PAZ

"Não há caminho para a paz. A paz é o caminho"
(Mahatma Ghandi).

Site: <https://oliberaldigital.grupoliberal.com>

Renan espera Fazenda para votar IR

Caetano Tonet e Gabriela Guido

Relator do projeto de lei que amplia a isenção do Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil, o senador Renan Calheiros (MDB-AL) afirmou ao Valor que pode manter o texto da Câmara dos Deputados, desde que o Ministério da Fazenda apresente números que demonstrem que o texto é neutro, ou seja, que não terá impacto fiscal.

Renan cobra que a pasta comandada por Fernando Haddad apresente os números das compensações das exceções incluídas pelo relator na Câmara, seu rival na política local, deputado Arthur Lira (PP-AL), no texto. A sinalização de que poderia mudar a proposta gerou preocupações entre especialistas e o empresariado, que apontaram o risco de desinvestimento e mais dificuldades para o planejamento de longo prazo das companhias.

"Se a Fazenda diz que participou do acordo, que eles confessam que participaram, eu vou ser mais real do que o rei? Eu vou de pronto apresentar o parecer e marcar a data para queimar as etapas, para a gente ter uma rápida aprovação e sanção. Mas eles vão ter que assumir a responsabilidade e mostrar. Porque chegou aqui sem as compensações", disse.

O parlamentar não descarta, caso receba os cálculos do Ministério da Fazenda, apresentar o

parecer na próxima reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), marcada para terça-feira (28). "Só estou aguardando que a Fazenda mande os números", afirmou.

Renan disse que, caso o texto não esteja neutro do ponto de vista fiscal, precisará incluir a compensação no parecer, já que o arcabouço prevê que, em caso de renúncia de receita, seja apresentada uma forma de compensação. "Eu vou ter que suprir, que fazer a compensação. Porque isso é cláusula, é pretexto para inconstitucionalidade", afirmou.

Se esse for o cenário, a ideia do parlamentar é desmembrar o texto, enviando para a sanção a isenção do IR, e devolvendo para a Câmara dos Deputados as exceções incluídas por Lira.

Após ser designado relator, Renan se reuniu com o secretário especial da **Receita Federal**, Robson Barreirinhas, e apresentou cálculos de consultores do Senado que sustentam que, com as mudanças feitas

na Câmara, o projeto é desequilibrado do ponto de vista fiscal, com um efeito negativo de R\$ 6 bilhões a

R\$ 8 bilhões em 2026, podendo chegar a R\$ 16,2 bilhões em três anos.

No encontro, integrantes da equipe econômica afirmaram que o texto é neutro, mas, segundo Renan, não apresentaram os números que sustentem essa neutralidade. Presidente da Comissões de Assuntos Econômicos (CAE), o senador reforçou as cobranças à Fazenda durante uma audiência pública realizada na semana passada.

Há divergências em relação aos números do projeto. O Instituto Fiscal Independente (IFI), ligado ao Senado, calculou que o texto que saiu da Câmara tem um impacto fiscal negativo de R\$ 1 bilhão ao ano. Inicialmente, de acordo com as estimativas do órgão, o texto enviado pelo Executivo ao Congresso tinha um ganho líquido anual de, em média, R\$ 9 bilhões, entre os anos de 2026 e 2028.

Até o momento, porém, o Ministério da Fazenda não apresentou publicamente - nem ao relator - os cálculos que fez após as mudanças aprovadas na Câmara. Líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), garantiu, durante a audiência pública sobre o tema na última quinta-feira (23), que a pasta vai enviar os dados o quanto antes.

"Saindo daqui e pegando os apontamentos da equipe, eu vou pedir que lhe mande emergencialmente [os números] para que Vossa Excelência possa fazer o trabalho com a tranquilidade que merece", disse Wagner.

Renan defende que o texto não é neutro do ponto de vista fiscal em decorrência, principalmente, da isenção de IR para os dividendos superiores a 50 mil cuja distribuição seja definida até 2025. O projeto aprovado pela Câmara preservou os dividendos apurados até o fim deste ano da retenção de 10%, inclusive o estoque de anos anteriores ainda não distribuído.

Além da questão dos dividendos, Renan quer rever o trecho que prevê a isenção para rendimentos oriundos de Letras de Crédito Imobiliário (LCI), Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), Letras Imobiliárias Garantidas (LIG), Letras de Crédito do Desenvolvimento (LCD), além do Fiagro. Essas

mudanças também foram feitas em comum acordo com o governo, que nega impacto fiscal.

Procurado, o Ministério da Fazenda não se manifestou.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20251027>